

São 3 as principais funções da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Proteção da Biodiversidade
Desenvolvimento Sustentável
Conhecimento Científico

realização:

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA
DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Rua do Horto 931 - Instituto Florestal
São Paulo-SP - CEP: 02377-000
Fax: (011) 204-8067



UNESCO - Programa MaB - "O Homem e a Biosfera"



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Caderno nº 8



A MATA ATLÂNTICA DO SUL DA BAHIA

situação atual, ações e perspectivas

Marcelo Araujo
Keith Alger

Rui Rocha
Carlos A.B. Mesquita

SÉRIE 1 - CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

- Cad. 01 - A Questão Fundiária
- Cad. 18 - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SÉRIE 2 - GESTÃO DA RBMA

- Cad. 02 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Cad. 05 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo
- Cad. 06 - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Cad. 09 - Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

SÉRIE 3 - RECUPERAÇÃO

- Cad. 03 - Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica
- Cad. 14 - Recuperação de Áreas Florestais Degradadas Utilizando a Sucessão e as Interações planta-animal
- Cad. 16 - Barra de Mamanguape

SÉRIE 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS

- Cad. 04 - Plano de Ação para a Mata Atlântica
- Cad. 13 - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica
- Cad. 15 - MATA ATLÂNTICA - Ciência, conservação e políticas - Workshop científico sobre a Mata Atlântica
- Cad. 21 - Estratégias e Instrumentos para a Conservação, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica
- Cad. 23 - Certificação Florestal

SÉRIE 5 - ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

- Cad. 08 - A Mata Atlântica do Sul da Bahia
- Cad. 11 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul
- Cad. 12 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco
- Cad. 22 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro

SÉRIE 6 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

- Cad. 07 - Carta de São Vicente - 1560
- Cad. 10 - Viagem à Terra Brasil

SÉRIE 7 - CIÊNCIA E PESQUISA

- Cad. 17 - Bioprospecção
- Cad. 20 - Árvores Gigantescas da Terra e as Maiores Assinaladas no Brasil

SÉRIE 8 - MaB-UNESCO

- Cad. 19 - Reservas da Biosfera na América Latina

À gente grapiúna, de quem herdamos as cabruças, pioneiro sistema agroflorestal onde o cacaueteiro é cultivado à sombra das árvores nativas, um exemplo de como conciliar agricultura e conservação.

A importância deste caderno, é mostrar a situação da Mata Atlântica no sul da Bahia, um dos três mais significativos centros de endemismos do bioma, especificamente na região cacaueteira. Cabe também ressaltar ser este o primeiro caderno desta série elaborado por uma Organização não Governamental, que trabalha nesta que é uma das áreas mais críticas no que diz respeito à conservação e ao desenvolvimento sustentado da Mata Atlântica - O Instituto de Estudos Sócio Ambientais do Sul da Bahia.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	05
A MATA ATLÂNTICA DO SUL DA BAHIA.	09
Ações Conservacionistas.	10
A RESERVA BIOLÓGICA DE UNA - ZONA NÚCLEO.	13
A ZONA TAMPÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DE UNA.	14
• Uso e Ocupação da Terra	
Os Remanescentes Florestais.	16
Os Principais Cultivos e Práticas de Manejo.	16
Tendências de Uso da Terra.	21
UM NOVO PARQUE PARA A PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA DO SUL DA BAHIA.	24
RPPN's - oportunidade para ampliação das áreas prote- gidas.	25
AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NA BAHIA.	29
Turismo Estadual.	29
• Capacitação Institucional em Meio Ambiente:	
Paisagens, agropecuária, florestas, qualidade da água.	30
Ciência e Tecnologia.	31
Assentamentos de Reforma Agrária.	31
Crédito Rural.	32
Geração de emprego e renda.	33
Ações Integradas em Políticas Públicas.	34

Série Cadernos da
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Editor: José Pedro de Oliveira Costa

Conselho Editorial: José Pedro de Oliveira Costa, Clayton Ferreira Lino, João Lucílio Albuquerque

Caderno nº 8
**A MATA ATLÂNTICA
NO SUL DA BAHIA**
Outono de 1998

É uma publicação do
Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica,
com o patrocínio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e do
Instituto Florestal do Estado de São Paulo.

Impressão: Instituto Florestal do Estado de São Paulo.

**Projeto Gráfico e
Editoração:** Elaine Regina dos Santos

Revisão: João Lucílio R. Albuquerque

São Paulo
Outono 1998

**Autoriza-se a reprodução total ou parcial
deste documento desde que citada a fonte.**



PREFÁCIO

A Mata Atlântica é considerada internacionalmente como uma das áreas mais prioritárias do planeta em termos de sua diversidade biológica e grau de ameaça. Por essa razão, desde o início da atuação da Conservation International no Brasil, a preocupação com o futuro desse bioma passou a orientar uma parte substancial do portfólio de atividades da organização no país. Posteriormente, com a realização em 1993 do Workshop sobre Prioridades para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste, coordenado pela CI, pela Fundação Biodiversitas e pela Sociedade Nordestina de Ecologia, ficou evidenciada a altíssima relevância da região do sul da Bahia, particularmente a zona cacauzeira, sob a perspectiva da diversidade biológica.

Preocupada com a expansão da atividade madeireira e da pecuária no sul da Bahia, associada ao declínio da indústria do cacau no estado, com consequente redução das populações naturais de várias espécies endêmicas da área, há mais ou menos seis anos a Conservation International do Brasil (CI do Brasil) começou a apoiar um pequeno grupo de pesquisadores e ambientalistas que atuavam nessa região. Esse grupo, inicialmente liderado pelo cientista político Keith Alger, que deixou sua posição de professor da Universidade da Flórida para juntar-se em Ilhéus à sua esposa, a bióloga Maria Cristina Alves, foi eventualmente responsável, no curso de suas pesquisas de campo na região de Una, pela criação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB), agregando posteriormente vários outros pesquisadores e profissionais com variada experiência na questão da conservação e do manejo de recursos naturais.

Centradas no problema da manutenção da viabilidade ecológica da Reserva Biológica de Una, então a principal área-chave para a conservação da biodiversidade regional, a CI do Brasil e o IESB passaram a expandir o espectro de suas ações, através de intervenções de maior abrangência ligadas ao desenvolvimento regional, incluindo políticas públicas, envolvimento com o setor privado, capacitação de pessoal, identificação e implementação de



ferramentas tecnológicas para a análise ambiental, dentre outras. Desenvolvendo outras parcerias com instituições de pesquisa e universidades da Bahia, além de ONG's e agências do estado, o IESB rapidamente se consolidou com uma das organizações líderes na região, capitaneando várias ações de conservação e de desenvolvimento sustentado.

A colaboração iniciada entre a CI do Brasil e o grupo do IESB, eventualmente solidificada graças ao apoio obtido junto à Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Fundação Ford, já produziu diversos resultados concretos. Vários dos avanços, inclusive na parte conceitual do “como” se identifica, desenvolve-se e implementa-se projetos de conservação em áreas de Mata Atlântica, estão descritos nesse importante documento-síntese “A Mata Atlântica do Sul da Bahia: Situação Atual, Ações e Perspectivas”, autorado pelos pesquisadores do IESB Marcelo Araujo, Rui Rocha, Keith Alger e Carlos Alberto Mesquita. Ressalto especialmente os aspectos ligados aos trabalhos realizados na zona-tampão da Reserva Biológica de Una, as análises do uso da terra na região cacaueteira e, particularmente, a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru, que mais do que dobrou a extensão de florestas protegidas nessa área, um objetivo não visualizado quando do início do projeto local. Nesse contexto, os conceitos da Reserva da Biosfera e dos Corredores Ecológicos, esse último lançado recentemente para endereçar problemas de conservação nas florestas tropicais brasileiras, são bastante úteis, já que contemplam a paisagem de um modo geral, transcendendo as ações pontuais enfatizadas no passado. Acredito pois que esse caderno será de interesse geral para todos aqueles que trabalham e se preocupam com o futuro da Mata Atlântica.

Parafraseando Francis Crome em um recente artigo, a experiência do IESB nos leva a reconhecer que “...o produto real da pesquisa não é a pesquisa em si, mas nós mesmos. A pesquisa e experiência ajudam a nos moldar, e somos nós os produtos reais que são oferecidos à sociedade”. Nada mais verdadeiro. Continuando a trabalhar junto ao IESB no nosso objetivo comum de conservar a

biodiversidade do sul da Bahia, temos a certeza de que esses primeiros anos de intensos esforços, muitas vezes sob condições financeiras e materiais extremamente precárias, irão gerar resultados ainda mais amplos e concretos. Desejamos pois aos nossos queridos parceiros, em particular aos autores desse artigo, muito sucesso nos anos que se seguem.

Gustavo Fonseca
Diretor - Conservation International do Brasil
Professor Titular - Universidade Federal de Minas Gerais



A MATA ATLÂNTICA DO SUL DA BAHIA

As florestas tropicais constituem a mais rica reserva de diversidade biológica de todo o globo terrestre, no entanto, a existência desta expressiva riqueza não tem sido suficiente para evitar a destruição insensata que tem afetado gravemente estes ambientes.

A Mata Atlântica brasileira talvez seja o exemplo mais drástico desta realidade. Da exuberante formação florestal que se estendia pela maior parte do litoral brasileiro, hoje restam menos de 8%. A região sul da Bahia, mais especificamente a faixa compreendida entre os rios Jequitinhonha e Contas, conserva a parcela mais significativa deste bioma no Nordeste do Brasil, apresentando uma grande riqueza de espécies da fauna e flora, sendo considerada por diversos estudiosos como um dos principais centros de endemismo da Mata Atlântica .

As florestas úmidas desta região são caracterizadas por árvores altas, com folhas sempre-verdes e abundância de epífitas. Dentre as espécies de árvores mais características e raras, podem ser citadas: o jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*), o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e o jequitibá (*Cariniana sp.*). Estudo recente realizado por especialistas do Centro de Pesquisas do Cacau e do Jardim Botânico de Nova York encontrou aqui um recorde mundial em riqueza de espécies arbóreas, 456 espécies/ha.

A Mata Atlântica do Sul da Bahia conserva ainda uma grande diversidade de espécies da fauna, recentemente um novo gênero de aves (*Acrobartonis fonsecae*) foi descoberto em suas florestas. O mico-leão-de-cara-dourada (*Leontophtecus chrysomelas*) e o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus apella xanthosternos*) são espécies símbolos desta região. Estes animais silvestres não são encontrados em nenhum outro lugar do mundo.



Ações Conservacionistas

O Sul da Bahia é reconhecido pelos ambientalistas como uma das áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade global. Por causa do grande risco de total eliminação dos remanescentes esta região vem concentrando esforços conservacionistas nos últimos anos. Foi no intuito de contribuir diretamente para esses esforços que pesquisadores e ambientalistas locais reuniram-se em torno do IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia.

O IESB foi criado oficialmente em 1994 com o amplo objetivo de desenvolver e apoiar trabalhos que busquem a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais.

Inicialmente a Região de Una foi escolhida como prioritária para atuação devido à extensão dos remanescentes florestais que abriga, além de possuir até muito recentemente a única unidade de conservação¹ de uso indireto do sul da Bahia, a Reserva Biológica de Una (REBIO-UNA). A partir de 1996, as ações ampliaram-se, passando a abranger a região litorânea mais ao norte, entre Ilhéus e Itacaré, onde inicia-se a implantação do Parque Estadual da Serra do Conduru (Figura 1).

Compreendendo que somente áreas protegidas mantidas como fragmentos isolados dificilmente serão suficientes para a efetiva conservação da biodiversidade, as atividades do IESB têm sido dirigidas para a busca do uso sustentável dos recursos naturais nas áreas circunvizinhas Zonas Tampão, de forma a permitir a manutenção e integração dos fragmentos de mata.

Neste sentido o sul da Bahia representa uma grande oportunidade para a concretização de corredores ecológicos, já que, em comparação com outras regiões, ainda são significativos os remanescentes

florestais existentes em propriedades particulares nas adjacências das unidades de conservação, apesar do intenso o ritmo de desmatamentos.

As ações em andamento na Zona Tampão da REBIO-UNA estão voltadas para atividades de educação ambiental, inventários de biodiversidade, ecoturismo, incentivo à criação de reservas particulares do patrimônio natural (RPPN) e análise/teste de alternativas agrícolas sustentáveis. Estes trabalhos têm sido desenvolvidos em parceria com os agricultores e as prefeituras municipais, contando com o apoio da Conservation International, Jersey Wildlife Preservation Trust e Fundação Ford.

A necessidade de conciliar conservação e desenvolvimento levou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, a estabelecer, na década de 70, o conceito de Reservas da Biosfera. Este conceito compreende a existência de uma área núcleo, onde apenas atividades de caráter científico e educacional são permitidas; ao seu redor tem-se uma área tampão ou de amortecimento, sendo este o palco para o estabelecimento e teste de atividades sustentáveis. Em 1991, o Brasil teve aceito pela UNESCO o pedido de elevação da Mata Atlântica a essa categoria.

¹ excetuando o Parque Nacional de Monte Pascoal, localizado no extremo-sul da Bahia.



Figura 1. Localização das Zonas Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na região de estudo.



A RESERVA BIOLÓGICA DE UNA - ZONA NÚCLEO

Reserva Biológica - REBIO é uma categoria de unidade de conservação UC de uso indireto, cujo objetivo é assegurar a preservação integral das espécies da fauna e flora, além de outros atributos naturais existentes em seus limites. Estas áreas só podem receber visitação mediante autorização do órgão responsável pela sua administração, sendo permitidas apenas as visitas de caráter educacional e/ou científico.

A REBIO-UNA localiza-se no município de Una BA, ao sul da cidade de Ilhéus, e foi criada pelo governo federal através do Decreto 85.463 do ano de 1980. A proposição para a sua criação foi feita pelo cientista Ademar Coimbra Filho, em 1976, mediante relatório encaminhado ao extinto IBDF, atual IBAMA, mas desde fins da década de 60 já se cogitava a criação de uma UC nesta região, onde as formações florestais eram predominantes.

O decreto editado pelo governo federal determina uma área de 11.400 ha, no entanto apenas 5.268 ha foram realmente adquiridos até o ano de 1989. Entre 1989 e 1993, um consórcio formado por organizações ambientalistas nacionais e internacionais, preocupadas com a situação da REBIO-UNA, adquiriu 1754 ha os quais foram doados imediatamente ao IBAMA, aumentando a área da reserva para os atuais 7.022ha.

A regularização fundiária talvez seja, atualmente, o principal problema da REBIO-UNA. Dos 11.400 ha estabelecidos oficialmente menos de 60% encontra-se regularizado, havendo diversos posseiros dentro da reserva. No intuito de esclarecer esta questão a Universidade Federal da Bahia e o IESB, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, realiza levantamento da situação fundiária da reserva.



A ZONA TAMPÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DE UNA

O conceito de Reservas da Biosfera foi concebido como um instrumento de planejamento que estabelece diretrizes para o uso e ocupação de três zonas específicas (zona núcleo, zona tampão e zona de transição)². Para a efetiva implementação das atividades de planejamento e zoneamento é importante conhecer as condições ambientais vigentes na região da reserva. A partir deste conhecimento torna-se mais fácil a identificação das prioridades para a conservação. Os trabalhos inicialmente desenvolvidos no entorno da REBIO-UNA tiveram como objetivo a caracterização da sua Zona Tampão discriminando aspectos como distribuição da vegetação nativa, usos da terra, sistemas de produção e identificação das propriedades rurais (Figura 2).

A caracterização da zona tampão prosseguiu através de entrevistas com proprietários e trabalhadores rurais. Foi feito também um mapeamento com o uso de técnicas de sensoriamento remoto e sistema de informações geográficas SIG.

As entrevistas com os proprietários e trabalhadores rurais tiveram o objetivo principal de levantar informações sobre o uso da terra e os sistemas de produção agrícola. Foram entrevistados 154 proprietários rurais, selecionados em uma amostragem aleatória a partir do cadastro do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, complementado com informações obtidas com técnicos do serviço de extensão rural da CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

O mapeamento da Zona Tampão foi feito com o uso de imagens de satélite, sistema de informações geográficas, aparelhos de Global Position System e, claro, muito trabalho de campo. As imagens de satélite foram adquiridas junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com apoio do WWF-Fundo Mundial para a Natureza.

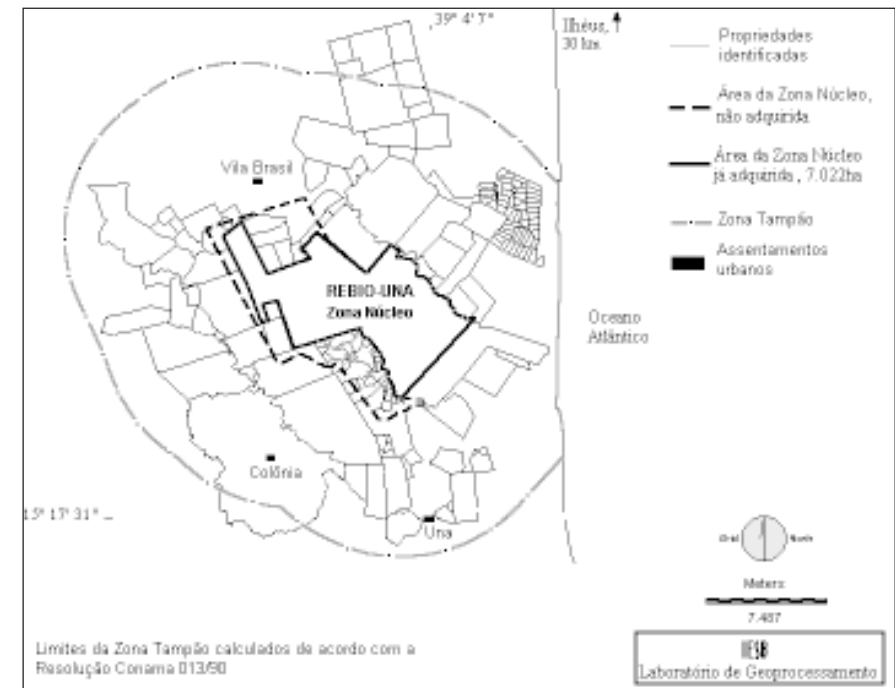
² Para saber mais, leia o caderno nº 2, desta série, "A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - roteiro para o entendimento de seus objetivos e seu sistema de gestão".

As análises permitiram identificar os principais fragmentos de florestas ainda existentes na região. Os aparelhos de GPS são instrumentos que integram o Sistema Global de Posicionamento, do termo em inglês "Global Positioning System". Este sistema permite a obtenção da localização geográfica de determinado ponto, de maneira rápida e com precisão razoável (a depender do tipo de aparelho utilizado).

O GPS foi de grande utilidade na localização dos limites das propriedades rurais, das estradas, rodovias e assentamentos urbanos (Figura 2).

Sistemas de informações geográficas são um conjunto de programas informatizados que permitem a organização, integração, análise e visualização dos dados espaciais. Neste trabalho, foram úteis na integração dos dados obtidos via imagens de satélite e trabalhos de campo com auxílio do GPS.

Figura 2. Zona Tampão da Reserva Biológica de Una.





Uso e Ocupação da Terra

Os Remanescentes Florestais

A análise visual das imagens de satélite (maio/1990) revelou a existência de importantes fragmentos florestais no entorno da Reserva Biológica de Una, conforme mostra a figura 3.

Estima-se que no entorno da REBIO-Una o percentual das terras ainda ocupados com fragmentos de Floresta Ombrófila Densa varia entre 33% e 37%. Considerando a vegetação nativa Floresta Ombrófila Densa, Restingas e Manguezais este percentual aumenta. As análises avaliaram, até então, apenas as formações florestais.

As técnicas de SIG permitiram identificar as manchas de mata contíguas à Zona Núcleo, considerando-se como contínua aquelas manchas distantes não mais que 30m umas das outras. Os resultados revelaram que as matas interligadas à Zona Núcleo somam 14.216 ha, ou seja, três vezes mais que a quantidade de florestas existentes no interior da reserva. Isto demonstra a importância de se trabalhar com os agricultores vizinhos à unidade de conservação, pois grande parte dos remanescentes encontram-se nestas propriedades privadas.

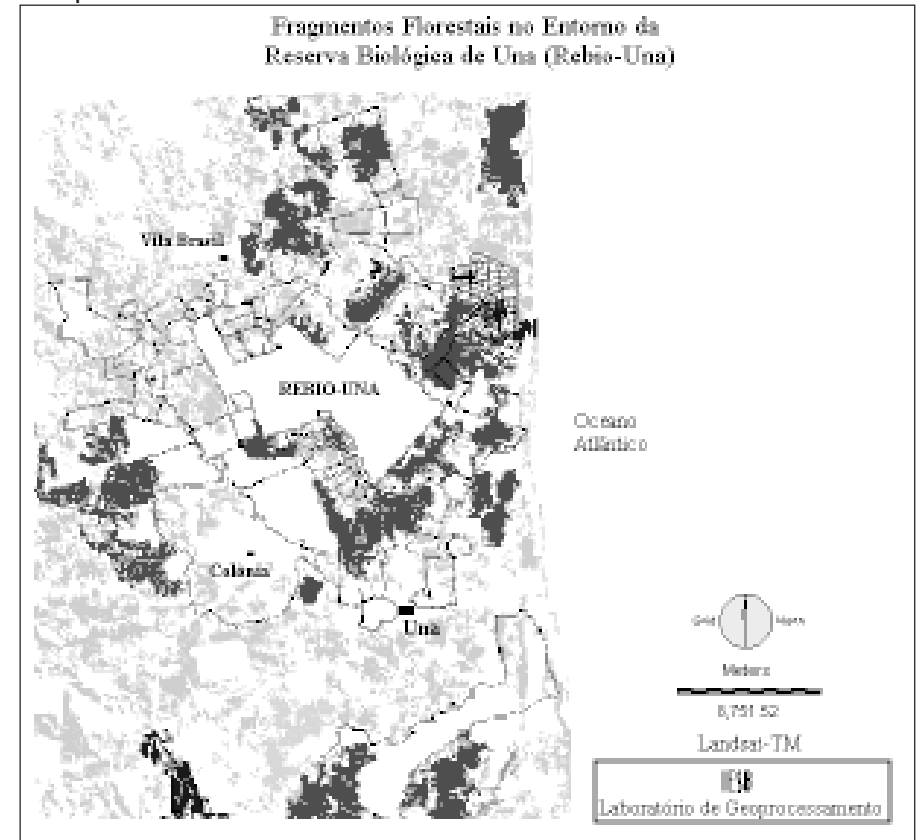
Os Principais Cultivos e Práticas de Manejo

A agricultura praticada na Zona Tampão apresenta-se bastante diversificada para os padrões da região sul da Bahia. Foram registrados 21 tipos diferentes de cultivos com forte domínio da seringueira *Hevea brasiliensis* e do cacaueteiro *Theobroma cacao*, os quais respondem por aproximadamente 60% da área plantada. Nos últimos anos a pecuária tem se expandido e aparece ocupando 21% das terras cultivadas.

O cultivo da seringueira foi introduzido na década de 50. Na época, pensava-se que não haveria incidência das doenças que prejudicavam o cultivo na Amazônia. Assim os seringais expandiram-se até meados

da década de 60, quando houve ataque da doença “mal das folhas”, causada por fungo do gênero *Mycrociclos*. A doença interrompeu a expansão dos seringais, chegando a provocar redução da sua área cultivada.

Figura 3: Principais blocos de remanescentes florestais na Zona Tampão da REBIO-UNA.



As observações em campo mostraram que 50% dos seringais têm idade acima de 25 anos, havendo apenas 10% de plantios com idade inferior a dez anos. O uso de insumos é muito baixo e em quase metade dos cultivos não se aplica adubo há cinco ou mais anos, sendo que



alguns estão completamente abandonados, à exceção de poucos plantios que se encontram sob administração de três empresas agrícolas beneficiadoras do látex.

O cultivo de cacaueteiro não se expandiu em Una, como no restante da região, provavelmente devido à baixa fertilidade dos seus solos. Ainda assim, é o cultivo que ocupa a maior área no município. Inicialmente, localizava-se nas terras mais férteis dos fundos de vales, contudo, no início da década de 70, a CEPLAC iniciou trabalho de difusão de sementes híbridas e o cacaueteiro passou a ocupar, além dos fundos de vales, também as terras situadas nas meia-encostas.

O cacaueteiro é uma planta ombrófila, ou seja, desenvolve-se muito bem sob a sombra. A cabruca é o sistema de cultivo onde o cacaueteiro é mantido sob o sombreamento das árvores nativas da Mata Atlântica, estima-se que dos 700.000ha de cacau cultivados na Bahia, 70% estejam sob o sistema de cabruca.

Contraopondo-se a esta forma de cultivo há o sistema de derruba total, onde toda a mata é retirada, seguindo-se o plantio de árvores exóticas para fazer-lhe sombra e o sistema a pleno sol, onde é mínimo o sombreamento.

No sistema de cabruca, a manutenção de parte da estrutura da floresta representa um benefício para a conservação dos recursos naturais. A cobertura florestal parcialmente mantida, protege o solo dos processos erosivos, favore o ciclo hidrológico, permite a manutenção de algumas espécies da flora e fauna, além de contribuir para a manutenção da beleza da paisagem regional. Porém, para que haja um benefício efetivo à conservação da biodiversidade é necessária a permanência de trechos com mata inalterada, pois nem todas as espécies da fauna fazem uso da cabruca³ e algumas espécies de plantas que só vivem no sub-bosque da floresta não são mantidos neste sistema.

³ Para saber mais, leia: ALVES, M.C. The role of cacao plantations in the conservation of the Atlantic Forest of Southern Bahia, Brazil. University of Flórida, Gainesville. 1990.

Atualmente a situação da maioria dos cacauetes é de abandono, resultado da crise de preços combinada com a incidência da doença “vassoura de bruxa”, cujo fungo causador *Crinipellis pernicioso* era inexistente na região cacaueteira da Bahia até fins da década de 80.

Desanimado, o cacauicultor tem deixado de lado a implementação de diversas práticas agrícolas que poderiam resultar em aumento de produtividade. A adubação, por exemplo, não se constitui uma prática rotineira em 61% das propriedades visitadas. Outras práticas como podas para arejamento e eliminação dos ramos contaminados pela vassoura-de-bruxa permanece, bem como as roçagens, também têm sido bastante reduzidas.

Embora os cacauetes estejam abandonados, são raros até o momento na região de Una, os casos de substituição do cacauete por outro tipo de cultura, até porque grande parte deles encontram-se associados com o cultivo da seringueira.

As pastagens têm se expandido nos últimos anos, precisamente sobre as áreas florestadas. As propriedades apresentam em média 33% da sua superfície ocupada com remanescentes florestais. Desta forma os agricultores têm preferido implantar as pastagens sobre as áreas desses remanescentes e não em substituição a algum outro cultivo, mesmo que ele esteja em decadência. Aproximadamente, 40% dos proprietários admitiram ter derrubado a mata para implantar pastos nos últimos quatro anos. Este índice pode ser maior, pois imagina-se que muitos tenham negado o desmatamento na tentativa de evitar problemas com as autoridades florestais.

A pecuária na década de 70 não representava atividade relevante nesta região litorânea. Hoje já é a terceira atividade agrícola mais importante ocupando 21% das terras cultivadas, com uma forte tendência à expansão.

Esta exploração tem sido feita de forma pouco racional. Os fazendeiros ainda imaginam que pecuária é sinônimo de criação



extensiva, permanecendo alheios a toda inovação tecnológica já desenvolvida e aplicada neste setor.

O levantamento feito pelo IESB constatou que nesta atividade é quase nulo o uso de insumos, principalmente fertilizantes, apesar de 58% dos pecuaristas entrevistados admitirem a aplicação de vacinas e vermífugos. A impressão transmitida ao longo da entrevista é de que a utilização desses produtos veterinários é feita de forma pouco rigorosa, não obedecendo os períodos apropriados de aplicação. O uso de capineiras foi admitido em apenas 10% das propriedades.

As queimadas são largamente empregadas, tanto na implantação da pastagem quanto na sua manutenção. À época da implantação da pastagem, queima-se a parcela que ainda conta com diversas árvores de menor valor econômico e planta-se a gramínea, sem considerar as recomendações de correção de acidez e adubação.

Devido à extrema pobreza dos solos da região o melhoramento da fertilidade é fundamental. Como isso não ocorre, não há desenvolvimento satisfatório da gramínea, e a área logo é tomada por espécies invasoras. Em pouco tempo o pecuarista queima novamente o pasto para eliminação das invasoras. O uso do fogo torna-se uma constante, não somente à época da implantação da pastagem, mas também como prática corriqueira de manejo.

O uso freqüente desta prática é extremamente desaconselhável, pois contribui para o aumento de incêndios florestais, promove a degradação do solo expondo-o aos processos erosivos, eliminando os microorganismos e queimando a matéria orgânica.

Além de ambientalmente insustentável, uma análise econômica realizada por pesquisadores do IESB e da Conservation International demonstrou que a substituição das florestas litorâneas por atividades agropecuárias sob sistema extensivo não é uma opção lucrativa para o produtor rural. Os autores analisaram três sistemas de criação de gado em três possíveis contextos de desenvolvimento da atividade (tabela 1), no caso provável, construído a partir de sistemas de

produção comuns à região, o produtor perde entre 34 e 35 reais por hectare/ano.

Tabela 1. Sistemas de produção X renda líquida R\$/ha/ano.

	Misto/leite	misto/carne	engorda
Caso otimista	138	79	55
Caso provável	- 34	- 37	- 37
Caso pessimista	- 75	- 80	- 69

Fonte: Reid & Jordá (1995)

Percebe-se que este tipo de atividade agrícola, da forma como vem sendo praticada, é duplamente prejudicial, tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista econômico, não havendo razão para ser incentivado.

Tendências de Uso da Terra

Em todo o mundo, as alternativas para a mudança de sistemas agrícolas constituem sérios problemas para a conservação dos recursos naturais. Entender a dinâmica dessas mudanças e definir as tendências para os diversos tipos de usos da terra, constitui primeira tarefa para a implantação de um sistema de monitoramento, que busque a prevenção e/ou redução dos impactos ambientais que tais modificações possam vir a causar.

Já foi explicado que, na região do entorno da Reserva Biológica de Una, tem sido grande a expectativa em relação a prováveis mudanças no uso da terra. Procurou-se verificar qual a inclinação dos produtores para a implantação de novos cultivos e quais os cultivos preferenciais.

Dos produtores entrevistados, 63% têm intenção de investir em novas culturas. A fruticultura despontou como a atividade preferida, sendo maracujá, côco, mangostão e banana os cultivos mais citados. Aumentar a área de pasto também foi uma vontade expressa por muitos



agricultores, surgindo em segundo lugar, logo após a fruticultura. O grande número de citações para o guaraná, deve-se aos bons preços que alcançava na época em que o trabalho de campo foi efetivado.

O interesse em cultivar frutíferas pode ser consequência da forte propaganda atualmente realizada pelas prefeituras locais e pelos órgãos de assistência técnica. A Estação Experimental Lemos Maia do CEPLAC vem realizando, já há alguns anos, freqüentes atividades que apontam a viabilidade da fruticultura na região. Duas grandes empresas agrícolas instaladas no local, interessadas em beneficiar pupunha para palmito e maracujá/abacaxi para a produção de sucos, têm incentivado a expansão desses cultivos através da oferta de crédito e de mudas, contudo, ainda são poucos os produtores que aderiram ao programa, duvidosos do seu sucesso.

Apesar dos agricultores demonstrarem interesse pelo cultivo de fruteiras, isto não tem se refletido em ações práticas. No campo, verifica-se que as áreas ocupadas pela fruticultura são muito pequenas, quase insignificantes. Pode-se sugerir algumas explicações para esta discordância entre o pensar e o agir.

A agricultura local está historicamente baseada na monocultura do cacau. Os produtores não têm outra experiência que não a de lidar com a cacauicultura, desta maneira, implantar um novo cultivo, sobre o qual se conhece muito pouco, traz muitas dúvidas e receios.

A falta de conhecimento sobre o mercado é outro fator que gera desconfianças. Muitos chamaram a atenção para este aspecto, especialmente no que diz respeito a onde e como vender o produto. Seria recomendável, por exemplo, a formação de uma cooperativa para auxiliar na produção e comercialização.

A implantação da fruticultura requer investimentos que estão além da capacidade financeira que dispõe o produtor. Não seria possível o cultivo desses produtos sem o uso de adubos e corretivos, além disso, existe a necessidade de aquisição de mudas, escassas e caras para um agricultor descapitalizado.

Diante desses motivos, o que se observa no campo, é a expansão da pecuária. Opção, na visão do produtor, mais fácil e de retorno financeiro mais seguro, pois o gado pode ser vendido com relativa facilidade, constituindo-se em uma reserva de capital que é útil em momentos de dificuldade financeira.



UM NOVO PARQUE PARA A PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA DO SUL DA BAHIA

Até 1996, a Reserva Biológica de Una era a única área rigorosamente protegida da Região Cacaueira da Bahia. Seus 7.022 ha, dentro de uma área decretada de 11.400 ha, não era garantia suficiente para uma região de excepcional riqueza biológica. A criação do Parque Estadual da Serra do Conduru permitiu que se dobrasse a área protegida com U.C.'s de Uso Indireto, contemplando a área de conservação de mais 7.000 ha (figura 1).

A importância da Serra do Conduru, também conhecida como Serra Grande, foi apontada pela primeira vez em 1993, quando botânicos do Centro de Pesquisas do Cacau - CEPEC/CEPLAC e do Jardim Botânico de Nova York estudaram uma fazenda ainda bastante conservada, às margens da estrada, então vicinal, ligando as cidades de Ilhéus e Itacaré. Foram identificadas 456 espécies de árvores distintas em apenas 01 hectare.

Além deste estudo, outros biólogos estudiosos da fauna, indicaram ser esta uma das áreas prioritárias para a conservação da Mata Atlântica da Região Nordeste do Brasil, confirmando a altíssima biodiversidade e elevados níveis de endemismo de espécies, além de representar um dos mais importantes blocos de remanescentes florestais da Bahia, tão significativo quanto as regiões de Una e Marau.

A Serra do Conduru se tornou Parque Estadual, também por uma outra razão. Esta área inclui-se na "Costa do Cacau", Zona Turística Especial que contempla principalmente os municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré. O Governo da Bahia administrando o amplo programa de turismo denominado PRODETUR - Conselho de Desenvolvimento do Turismo, nesta e em outras Zonas do Estado, considera que a maior vocação do eixo Ilhéus-Itacaré será o Ecoturismo. Os investimentos do PRODETUR incluem, principalmente a pavimentação da antiga estrada vicinal Ilhéus-Serra Grande e Serra Grande-Itacaré.

Um esforço de convencimento dos grupos ambientalistas locais, a exemplo do IESB, Boto Negro, Caititu e Grama, com o apoio da Conservation International, estimularam o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BNB - Banco do Nordeste do Brasil cofinanciadores do PRODETUR e o Governo do Estado a incorporarem nos investimentos da estrada a implantação do Parque Estadual na Serra do Conduru, assim como modificações no projeto da estrada para que assumisse algumas características de Estrada Parque.

Desta forma a beleza natural da região poderá ser conservada de forma a garantir uma visitação sustentável de turistas. O Parque Estadual da Serra do Conduru foi criado em 21 de fevereiro de 1997 através de Decreto nº. 6227. Em setembro de 1997, o DDF - Departamento de Desenvolvimento Florestal, órgão administrador desta U.C., fazia licitações para os Estudos Temáticos de Flora e Fauna e, em paralelo, acompanhavam o trabalho de demarcação dos limites do novo Parque.

O Parque do Conduru representa uma inovação no desenvolvimento rural e turístico, tendo como referência a conservação dos ambientes associados da Mata Atlântica. Somam-se ao Parque as Áreas de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e da Costa Serra Grande-Itacaré, ambas recém criadas pelo Governo da Bahia. Práticas de uso agroflorestal, ecoturismo e turismo rural podem substituir ao longo do tempo as pastagens e a atividade madeireira.

RPPNs - oportunidade para ampliação das área protegidas

Além das unidades de conservação administradas pelo poder público, como os parques nacionais e estaduais, reservas biológicas e estações ecológicas, desde 1990 um programa do IBAMA possibilita a criação de unidades de conservação privadas, por iniciativa dos proprietários de áreas naturais com a chancela do Governo Federal, em forma de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, RPPN's.



Este tipo de área protegida se adequa perfeitamente aos objetivos da Reserva da Biosfera, incentivando proprietários rurais no entorno de unidades de conservação a protegerem em perpetuidade suas matas, restingas, rios, cachoeiras e lagoas, contribuindo para a formação de corredores biológicos entre áreas protegidas públicas e privadas.

De 1990 a 1995 foram criadas no Estado da Bahia apenas 6 RPPNs, totalizando 2,6 mil ha protegidos. Destas, apenas uma se localizava na Região Cacaueira. Em fevereiro de 1996 o IESB iniciou um projeto de incentivo de criação de RPPNs na Região Cacaueira, tendo como missão incrementar a divulgação deste programa, apoiar os proprietários interessados na preparação da documentação necessária, acompanhar o trâmite do processo, além de auxiliar o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis nas vistorias, disponibilizando pessoal capacitado, equipamentos e veículos.

Nestes 18 meses de projeto, as áreas protegidas por particulares aumentaram em 23%. A Região Cacaueira conta agora com mais duas RPPNs e outras 3 estão em processo de criação. Atualmente existem cerca de 2 dezenas de proprietários interessados ou preparando sua documentação. A tabela 2 mostra esta evolução. Estes números expressam a quantidade de RPPNs criadas ou em criação, mas a análise da qualidade das novas áreas criadas reforça que a iniciativa privada tem uma enorme contribuição a dar à conservação dos recursos naturais.

Uma das novas RPPNs criadas no município de Ilhéus localiza-se em uma região de enorme potencial turístico denominado Lagoa Encantada, cartão postal da região. Seus 118 hectares abrangem parte das margens da lagoa e o maravilhoso Salto Apepique que empresta seu nome à reserva. A RPPN Salto Apepique encontra-se, ainda, dentro dos limites da APA da Lagoa Encantada.

A fazenda São João com uma reserva de 25 hectares de mata localiza-se em importante local para a conservação que é a Zona Tampão da REBIO-Una. Outra iniciativa importante está centrada na faixa litorânea

entre Serra Grande, município de Uruçuca, e Itacaré. Quatro proprietários de fazendas litorâneas, com áreas cobertas com Mata Atlântica, já demonstraram real interesse em criar RPPNs em suas fazendas, todas elas localizadas no interior da APA de Serra Grande e Itacaré e na Zona Tampão no recém criado Parque Estadual da Serra do Conduru.

Tabela 2. RPPNs no Estado da Bahia.

FAZENDA	MUNICÍPIO	ÁREA HA
Pé de Serra	Ibotirama	1.259,0
Morrinhos	Queimada	726,0
Coqueiros	Simões Filho	87,0
Kaybi	Ubaíra	5,0
Avai	Caravelas	470,0
Prainhas (Araçari) *	Itacaré	120,0
São João	Una	25,0
São Paulo (Salto Apepique)	Ilhéus	118,0
Arte Vida**	Ilhéus	10,0
Rio Capitão**	Itacaré	300,0
Santo Antônio**	Itabuna	18,0

* Em revisão

** Em processo

Os principais motivos que têm despertado o interesse dos proprietários rurais da Região Cacaueira a se interessarem por RPPN's são: a garantia da preservação do patrimônio natural que sua família tem assegurado, em alguns casos, por mais de 3 gerações; a possibilidade de apoio dos órgãos ambientais, governamentais e não-governamentais em pesquisas e aporte logístico; a garantia da manutenção de seu patrimônio frente às pressões sociais por distribuição de terras.*

* Nota do Editor: além da vantagem da isenção do ITR para essas áreas



A conservação dos recursos naturais, principalmente a Mata Atlântica da Região Cacaueira da Bahia, é uma luta que se trava em várias frentes e com diversos aliados. Os proprietários rurais desta região, descendentes de uma história de íntima ligação com as matas, estão atendendo a este apelo e colaborando da melhor maneira possível para a manutenção desse imenso patrimônio genético e paisagístico para a posteridade.

AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA NA BAHIA

Não restam dúvidas: os últimos remanescentes florestais do Sul da Bahia estão fortemente ameaçados, mesmo com a duplicação das áreas públicas protegidas, e a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural. A principal razão da ameaça é a grave crise da cultura do cacau, até aqui fortemente associada às últimas florestas restantes. A partir de 1988 a região tem se transformado de uma economia exclusivamente cacaueira para uma economia diversificada, principalmente com atividades fortemente impactantes: pecuária extensiva, café, pupunha e exploração madeireira. A crise econômica tem exigido dos órgãos governamentais uma série de ações tanto de cunho desenvolvimentista como de restrição a novos desmatamentos.

O grande desafio, neste contexto, é o de redirecionar as políticas públicas de desenvolvimento regional incluindo a conservação do que restou da Mata Atlântica Sul Baiana em um novo modelo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo apoiar o fortalecimento institucional dos órgãos de meio ambiente, ainda muito limitados para fazer frente às tendências atuais de desmatamento. Isso implica em influenciar as políticas de turismo, de capacitação institucional em meio ambiente, de crédito rural, reforma agrária e ciência e tecnologia.

Turismo estadual

A política estadual de turismo para o Sul da Bahia tem incorporado a variável ambiental - ver item sobre o Parque do Conduru nos investimentos até então realizados. Demais investimentos do PRODETUR necessitarão de acompanhamento futuro, como ampliação da rodovia BA-001 ligando os municípios de Camamu a Itacaré e Belmonte a Canavieiras, a nova rodovia na Ilha de Tinharé, no município de Cairú, e um novo Aeroporto na Ponta do Curral, em Valença. Todos esses equipamentos serão acompanhados de financiamentos a projetos turísticos em áreas especialmente frágeis, como nos litorais de Itacaré, Camamu, Maraú, Valença e Cairú, na Zona Turística da Costa do Dendê.



O ordenamento da expansão urbana, a intensificação da educação básica e ambiental e, mais premente, o monitoramento urgente da Mata Atlântica, altamente ameaçada, são fundamentais para garantir o que há de mais valioso nesta região: a cultura e os ambientes locais.

Capacitação Institucional em Meio Ambiente:

Paisagens, agropecuária, florestas, qualidade da água

O Governo da Bahia, através do PRODETUR, com iniciativas de planejamento e de infra-estrutura no espaço litorâneo, tem aberto uma fronteira inter-institucional que envolve órgãos estaduais responsáveis por estradas, aeroportos, saneamento básico, habitação e também, os órgãos de meio ambiente. O fortalecimento institucional dos órgãos ambientais do Estado, como o DDF e o CRA - Centro de Recursos Ambientais, passa a ser fundamental para garantir a qualidade dos ambientes locais.

O Sul da Bahia, como dito antes, tem sido rapidamente degradado com a expansão da pecuária extensiva e da agricultura desordenada. Ao mesmo tempo a crise econômica estimulou o largo uso das madeiras das florestas remanescentes. Cerca de cento e cinquenta indústrias, clandestinas ou irregulares em sua maioria, compram madeiras dos proprietários rurais da região. Os 'Planos de Manejo' no Sul da Bahia Florestal, aprovados pelo IBAMA se mostraram inadequados para regular o intenso consumo de madeira das serrarias, demonstrando na prática a ineficiência e a desarticulação entre os órgãos federais e estaduais na fiscalização e controle.

A atividade madeireira talvez seja a de maior impacto sobre os últimos remanescentes da Mata Atlântica regional, carecendo de forte ação governamental reguladora, com o risco de que, em poucos anos, as áreas mais significativas tenham sido destruídas. Uma ação do Governo do Estado fortalecendo suas instituições de meio ambiente, principalmente no que se refere a gestão das florestas, parece o mais importante na atual conjuntura. Os exemplos do Paraná, São

Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com Institutos de Floresta estaduais, são uma referência desejável.

Ciência e Tecnologia

A riqueza biológica regional carece de estudos. As poucas pesquisas feitas mostraram uma excepcional biodiversidade e endemismo de primatas, répteis, árvores, insetos e aves, mesmo que enfocando pequenas áreas da região.

Esses trabalhos iniciais mostram que existe um largo campo de pesquisa a ser desenvolvido, carecendo de programas que vocacionem a região para a geração de informações e tecnologia para a utilização sustentável desta biodiversidade.

Quando uma floresta foi pesquisada, dados surpreendentes justificam a sua conservação, o que aconteceu na Serra do Conduru, com os estudos do Centro de Pesquisas do Cacau e do Jardim Botânico de Nova York. A Reserva Biológica de Una também se tornou área protegida depois que cientistas pesquisaram o mico-leão-da-cara-dourada, espécie presente nessas matas.

Instituições de financiamento à pesquisa, como o CNPq, CAPES, FINEP e mais recentemente os recursos do Programa Piloto de Florestas Tropicais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, podem incentivar instituições como a UESC, a CEPLAC, o IESB, UFBA e demais instituições, para constituírem laboratórios de pesquisa nessas áreas, de maneira a integrar conhecimentos dos diferentes ramos da ciência ambiental.

Assentamentos de Reforma Agrária

Os assentamentos de reforma agrária implantados no Sul da Bahia têm coincidido, desastrosamente, com as áreas de florestas remanescentes da região. Isto se deve por causas simples: áreas de floresta são vistas como terras improdutivas e/ou abandonadas, que não cumprem com a sua função social. Como a crise da economia



cacaueira gerou desemprego e aumento da demanda por novos assentamentos, os conflitos por terra se concentram nessas áreas, mais facilmente justificadas para a desapropriação.

Um amplo entendimento entre as instituições com o objetivo de implantar assentamentos em áreas apropriadas, sem degradar as florestas restantes, é o único caminho para este problema. Movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, juntamente com a CEPLAC, a UESC - Universidade Estadual Santa Cruz - BA, o IBAMA, o INCRA e entidades ambientalistas precisam chegar a um consenso sobre esta questão, inclusive para que este conflito não seja visto como irrelevante, diante da grave crise social regional. A solução para este impasse sócio-ambiental pode advir de uma política ampla de aquisição de imóveis decadentes de cacau para fins de reforma agrária, dispondo-as para que ex-trabalhadores rurais desempregados se tornem pequenos agricultores familiares e assumam, através de pequenas cooperativas e/ou associações, a renovação dos cacauais.

Esforços estão sendo feitos em alguns locais. O entorno da Reserva Biológica de Una tem sido visto por técnicos do Incra e por lideranças sociais de Una, como área imprópria para a reforma agrária, bem como o entorno do Parque Estadual da Serra do Conduru. Os dois municípios que hospedam estas unidades de conservação estão criando conselhos municipais de desenvolvimento e de meio ambiente com o fim de auxiliar no planejamento da reforma agrária e também no controle social dos desmatamentos locais. Distintas organizações governamentais e não governamentais têm trabalhado para que esta iniciativa minimize equívocos das políticas de desenvolvimento federais e estaduais sobre estes municípios.

Crédito Rural

A política de Crédito Rural é determinante para um desenvolvimento pautado na conservação regional. No caso do Sul da Bahia a crise se deu num primeiro momento quando o Programa de Crédito para o Cacau foi propagador da expansão de cultivos nas áreas de Mata Atlântica, principalmente em solos de pouca aptidão para este plantio.

Passada esta fase, observa-se atualmente uma crise maior: a indisponibilidade de crédito rural em virtude da falência generalizada dos agricultores. Estima-se em cerca de 300 milhões de reais o valor total desta dívida, que tem inviabilizado a obtenção de novos créditos por parte dos produtores rurais. A ausência de crédito rural tem estimulado a retirada de madeiras, única forma atual dos grandes e médios proprietários saldarem dívidas ou conseguirem recursos para investir nas propriedades.

A solução econômica para a conservação da Mata Atlântica exigirá alternativas econômicas que gerem renda e emprego no mesmo nível do cacau. A diversificação dos cultivos a exemplo da introdução do cupuaçu, graviola, acerola, piaçava e banana, ou mesmo a recuperação dos cacauais através de enxertia, passam pelo acesso ao capital financeiro.

A implantação de novas alternativas agrícolas deve vir acompanhada de uma preocupação com a conservação dos recursos naturais através da priorização dos produtores realmente comprometidos com a produção sustentável pelo crédito rural.

Geração de emprego e renda

Uma das mais importantes soluções para a degradação dos ambientes regionais passa pelo desenvolvimento social de setores empobrecidos da população rural e urbana. A ocupação de manguezais e margens de rios próximos das cidades, bem como a ocupação de florestas para assentamentos de reforma agrária, são decorrentes do desemprego generalizado causado pela crise cacaueira recente.

A atividade madeireira tem se justificado socialmente também em decorrência do desemprego. Vilas e cidades como Serra Grande e Una, respectivamente ao norte ao sul de Ilhéus, têm hoje nas serrarias a mais importante fonte de empregos. Vereadores e líderes mostram-se parcialmente críticos com relação a esta atividade dificultando uma solução local para a conservação.



Recursos governamentais tem sido dirigidos para a geração de emprego e renda no Nordeste, principalmente com o financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. O Banco do Nordeste tem sido o gerenciador destes recursos, estimulando a criação de Comitês de Geração de Emprego e Renda em diversos municípios do Sul da Bahia. Atividades agrícolas, de beneficiamento, industrialização ou de comércio em escala comunitária são incentivados pelo PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda. O IESB e outras entidades regionais, a exemplo da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, têm investido neste programa com a expectativa de que isto possa minimizar a crise social regional e diminuir a pressão de curto prazo sobre os últimos remanescentes florestais.

Ações Integradas em Políticas Públicas

O IESB tem percebido que três políticas públicas são decisivas para o futuro da Mata Atlântica regional. Reforma Agrária, Turismo e Crédito Rural. Ações intensivas estão sendo conduzidas nas duas primeiras políticas, a exemplo dos esforços na Estrada Ilhéus Itacaré e no Parque Estadual da Serra do Conduru, no que diz respeito ao do turismo regional, e nos conselhos municipais de desenvolvimento e meio ambiente, para assessorar no planejamento da reforma agrária.

Estas ações tem sido complementadas com os esforços pela paralização imediata da atividade madeireira na região. Acordos de fiscalização e de monitoramento de todas as serrarias existentes no Sul da Bahia, em conjunto com o IBAMA e com o DDF, tem tido resultados muito relevantes, a ponto de estimular discussões recentes ao nível do CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, visando o cancelamento das licenças de exploração madeireira em toda a Bahia. O apoio do CRA e da Rede de ONG's da Mata Atlântica, através do GAMBÁ - Grupo Ambientalista da Bahia, tem sido decisivo para o progresso nesta área.

Percebemos que programas estaduais e municipais de desenvolvimento deverão ser prioritários nas ações conservacionistas

futuras. A Região Cacaueira, mesmo que de grande significado nacional, tem estado à margem das discussões de órgãos federais, com exceção da atividade madeireira e da reforma agrária, estas com grande desdobramento estadual e municipal.

O desenvolvimento do turismo, por outro lado, vem se tornando uma política pública aglutinadora para o Sul da Bahia, justificando uma série de iniciativas complementares, seja ao nível da conservação e do fortalecimento institucional em meio ambiente, seja na organização e desenvolvimento de comunidades destas áreas. O grande desafio para o futuro regional será o de conciliar as políticas de forma que as perspectivas econômicas, sociais e das administrações locais, estaduais e federais internalizem os conceitos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.



Grapiúna, segundo o escritor baiano Hélio Pólvora, é palavra de origem indígena que significa riacho preto. Em sua evolução semântica, passou a designar um pequeno pássaro preto e branco, popularmente conhecido como viuvinha, muito comum no sul da Bahia. Mais tarde, a palavra estendeu-se, passando a designar toda pessoa nativa da região cacauera da Bahia. James Amado, outro escritor baiano, refere-se da mesma forma à gente e às coisas da zona do cacau.

Cabruca é o centenário sistema de manejo da lavoura cacauera, onde o cacauero é cultivado à sombra das árvores nativas da Mata Atlântica. Este sistema foi implantado pela gente grapiúna à revelia das recomendações técnicas que orientavam o agricultor na derrubada total da mata, seguindo-se, então, o plantio do cacauero à sombra de espécies arbóreas exóticas.

As cabruças têm uma importância relevante para a conservação do meio ambiente, contudo é necessário garantir a manutenção dos parques remanescentes florestais ainda existentes, em que pese o fato das próprias cabruças encontrarem-se em perigo de extinção, como consequência da grave crise que ora se abate sobre a região cacauera da Bahia.